

RESGATE DA TRAJETÓRIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA URI: UMA ANÁLISE DE DOCUMENTOS EMBASADORES

Eliane Maria Balcevicz Grotto¹
Nilce Fátima Scheffer²

RESUMO: O projeto objetivou resgatar a experiência e a trajetória realizadas com Avaliação Institucional e/ou autoavaliação na URI. Este vem sendo realizado há dois anos nos três campi maiores, coordenado por pesquisadores membros da CPA em cada uma das unidades, sendo financiado pelo Programa PIIC-URI. A pesquisa realizada configura-se como bibliográfica e qualitativa, sendo que a coleta de dados está efetivando-se por meio de instrumento específico. No primeiro ano de pesquisa, trabalhou-se na revisão teórica, buscando as definições e concepções de Avaliação Institucional, quando se construiu um Instrumento de Coleta de Dados. No segundo ano de pesquisa, foram realizadas a coleta, organização e análise de dados correspondentes ao período de 1992 até 2006; em paralelo a este trabalho, produziu-se um artigo encaminhado para publicação. O estudo até o momento acena para a consolidação e importância do trabalho da avaliação realizado pela CPA - Comissão Própria de Avaliação que, a partir da unificação dos sistemas avaliativos de todas as unidades da URI, faculta o auto-conhecimento institucional. Mediante os resultados é possível verificar que os processos de avaliação e autoavaliação institucional fornecem subsídios para orientação de práticas educativas presentes e futuras, práticas de gerenciamento e fonte inesgotável para a pesquisa.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Reflexão. Autoavaliação.

PALAVRAS INICIAIS

A avaliação do ensino superior constitui-se hoje em tema controverso nas esferas educacionais dada à complexidade do objeto que avalia: a educação.

A subjetividade do objeto avaliado implica aprofundamento de olhar no sentido de entendimento da amplitude da proposta que se apresenta, pois avaliar implica formulação de juízos de valor, e refletir concepções como:

¹ Mestre em Educação – CPA-URI Campus Frederico Westphalen, grotto@fw.uri.br

² Doutora em Educação Matemática – CPA-URI Campus de Erechim, snilce@uri.com.br

A avaliação pode favorecer a compreensão coletiva sobre as qualidades positivas, pontos fortes, aspectos em que a instituição se auto-reconhece melhor que outras. Permite revisar as falhas, os erros, e também, e o que é mais importante – definir prioridades para a gestão democrática da universidade (LEITE, 2005, p. 29).

Assim, já agregada às rotinas das IES, a avaliação não constitui mais estranheza para seus atores. Segundo Demo (2004, p. 111), “[...] avaliar é atividade social comum na convivência das pessoas, por conta da politicidade humana”. Esse pensar aponta a avaliação como fato político incorporado às instâncias acadêmicas.

Nesta ótica, a avaliação segundo Sobrinho (2008) toma para si a tarefa de concretização do bem público da educação.

[...] processo dinâmico de comunicação, em que avaliadores e avaliados se constituem mutuamente. Assim, deve ser um patrimônio público a ser apropriado e exercido como instrumento de consolidação da educação como bem público; uma prática participativa e um empreendimento ético a serviço do fortalecimento da responsabilidade social da educação, entendida principalmente como o cumprimento científico e socialmente relevante dos processos de produção de conhecimentos e de formação de sujeitos com autonomia epistêmica, moral, social e política (p.194).

Assim, das universidades, produtoras de conhecimento, são exigidos comprometimento, qualificação e respaldo social dos saberes que produzem, pois deles resulta a formação de profissionais em âmbito moral, social e político.

Já Leite (2005, p. 27), sobre marcos de excelência e qualidade em educação, lança um alerta quando indaga “[...] Quem decide qual é o marco da excelência ou da qualidade de uma universidade?” Essa indagação traduz pertinência, pois retrata as místicas que envolvem os termos “qualificação” e “excelência” nos universos educativos. Trazendo luz à questão, a autora indica que:

Qualidade pois, não é igual a excelência – nem todas as universidades podem ser iguais a uma Oxford, Cambridge ou Harvard, mas elas podem ter o seu padrão de qualidade cada vez mais alto e mais próximo de um nível de excelência definido por ela e sua comunidade (p. 28).

Nesse sentido, este estudo vem apresentar uma reflexão a respeito da autoavaliação realizada na URI, ou seja, avaliação da avaliação.

Nos documentos da URI a Avaliação Institucional figura como importante instrumento de gestão, capaz de orientar ações, indicar possibilidades e construir o conceito de excelência ou qualificação específico da instituição, num sentido mais amplo e envolvente. Também

permite discutir a missão das instituições estreitando o contato entre a mesma e a comunidade de inserção.

E, esse estudo tem importância porque parte de um projeto comum, integrado entre unidades da instituição¹, em que cada uma volta-se para seu contexto.

Na fase I da pesquisa, o projeto sobre Avaliação Institucional propôs a realização de um resgate histórico da avaliação na URI. A continuidade do projeto, na fase II, voltou-se para o estudo dos documentos oficiais da instituição (PPI e PDI²), verificando a relação dos mesmos com a avaliação e a averiguação de ocorrência, ou não, da missão, objetivos ou finalidades da instituição nos dados coletados e nos processos de autoavaliação no último quinquênio. Neste artigo, pretende-se apresentar algumas reflexões realizadas a partir da pesquisa, bem como, resultados obtidos até o momento.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA URI: DELINEANDO SUA TRAJETÓRIA

A avaliação não se constitui uma novidade na educação superior brasileira, a primeira experiência de avaliação ocorreu no final da década de 50 e no início da década de 60 e acabou desembocando no relatório da Comissão de Reforma de Ensino Superior, que deu origem à Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, como aponta Sguissardi.

É no final dos anos 50 e nos anos 60, culminando com a Reforma Universitária, que se pode localizar as origens do atual processo da avaliação no ensino superior, ainda que ele tenha sofrido significativas transformações em razão das mudanças nos principais fatores estruturais e conjunturais que o condicionam. No período nacional-Desenvolvimentista, que antecedeu ao Golpe Militar de 64, as características democrático-populistas do regime vigente e a intensa mobilização da sociedade civil (especialmente do setor estudantil) possibilitaram um profundo questionamento do modelo universitário brasileiro, incapaz de responder às exigências de seu tempo. Assim, como em toda a história da Universidade e das Instituições, os momentos cruciais de suas reformas, frustrados ou não, vêm precedidos de processos de avaliação (SGUISSARDI, 1997, p. 46).

As publicações do meio acadêmico, que têm como preocupação o estudo da qualidade da educação superior no Brasil, apontam os anos 80 como os do início de uma valorização especial da temática da Avaliação Institucional. É no fim da década de 80 que a avaliação se

¹ A URI é uma instituição comunitária multicampi com unidades nos municípios de Erechim, Frederico Westphalen, Santo Ângelo e as extensões dos campus de Santiago e Cerro Largo.

² Projeto Político-Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional 2006-2010.

insere na concepção do Estado Avaliador e tem por objetivo a análise das instituições como um todo. Neste momento, algumas universidades brasileiras, de forma isolada, iniciavam o processo.

As primeiras medidas efetivas do Governo Federal, visando à Avaliação Institucional no país, são do ano de 1983, quando foi criado o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que “tratou, portanto, basicamente, de dois temas: gestão e produção/disseminação de conhecimentos, utilizando-se de levantamento e análise de dados institucionais colhidos através de roteiros e questionários preenchidos por estudantes, professores e administradores” (SINAES, 2003, p. 16-17). O programa previa análises dos dados da instituição avaliada, conseguidos também por meio de testes respondidos pelo corpo docente, corpo discente e direção.

Dois anos depois, em 1985, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) criou a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. Em seu relatório começa a aparecer o trinômio - autonomia, avaliação e financiamento - como parte da nova política para a universidade. Quer dizer que a autonomia universitária dependerá da avaliação do desempenho da produtividade institucional, e desta dependerá o montante de recursos destinados à instituição.

Diante do relatório dessa Comissão e preocupado com as concepções ali defendidas e pelas medidas nele propostas para a reforma da universidade, das quais discordava, o MEC criou em 1986 o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES), que enfatizava a necessidade de avaliação das Instituições de Educação Superior como condição essencial para a alocação de recursos e estabelecimento da “autonomia” universitária. É a primeira vez que aparece a ênfase da avaliação nos cursos de graduação. Aí está o embrião das políticas avaliativas da década de 90. O relatório de 1986 ainda admite claramente a avaliação como elemento regulador do sistema, visando resultados.

O PAIUNG (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Gaúchas integrantes do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG, criado em 1993), além do que é proposto no PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), dá ênfase à principal característica e elementos integrados dessas universidades – sua inserção nas comunidades regionais. Esse programa, além do projeto de cada universidade, trabalha com ações conjuntas que envolvem discussões de temas específicos, tais como reflexão a respeito da concepção de universidade nos dias de hoje, partilha de experiências que reflitam a construção do processo avaliativo em cada universidade, debates sobre ações futuras, além de reforçar a articulação das universidades com o caráter

comunitário. Tem como proposta consolidar o processo de avaliação, o qual é concebido como um projeto de aperfeiçoamento da qualidade institucional, tornando-se um elemento fundamental para o planejamento, a tomada de decisões e a obtenção de padrões de excelência.

A avaliação no COMUNG firma-se como espaço de reflexão e intercâmbio de troca de experiências inter e intrauniversitária, espaço de autoconhecimento e fortalecimento da dimensão comunitária e de seu compromisso com a responsabilidade social, com a oferta de formação qualificada e com o desenvolvimento da comunidade na qual está inserida. Desse modo, a percepção de avaliação institucional na perspectiva da qualificação do projeto institucional está integrada ao Projeto Pedagógico Institucional e ao desenvolvimento da comunidade regional.

Em 2003, a URI criou seu programa de Avaliação Institucional, a partir da Resolução (Nº 567/CUN/2003), inserido nas políticas, linhas, diretrizes da Lei nº 10.861/2004 e passou a formular uma avaliação em termos mais amplos, globais, cujas linhas gerais estão expressas no programa e no consequente Projeto de Avaliação Institucional (resolução nº 664/CUN/2004), que serve de balizamento para o processo de avaliação de todas as unidades que integram a URI, unificando concepções, práticas e procedimentos.

A Portaria Nº 637, de 25 de agosto de 2003, alterada pela Portaria nº 670, de 8 de março de 2004, nomeou a Comissão Própria de Avaliação – CPA, responsável pela operacionalização de todo processo avaliativo da universidade.

A CPA é reconhecida como órgão articulador do processo estabelecido pelo SINAES e tem a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna e externa, bem como, assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

Todas as instituições de Ensino Superior do Brasil estão obrigadas, por lei, a se autoavaliarem e a se submeterem, a partir desse processo interno, também à avaliação externa realizada pelo Ministério da Educação. O Brasil tem, hoje, um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - o SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A URI inseriu-se nesse sistema porque acredita no valor da autoavaliação e na contribuição que as avaliações internas e externas podem oferecer para o controle da qualidade da oferta do ensino superior no país.

Na URI, documentos como PDI e o PPI não se constituem em realidade meramente formal e abstrata, além de burocrática, mas como consequência de um trabalho coletivo e solidário do conjunto da comunidade acadêmica: professores, alunos e funcionários, com a

presença e a participação efetiva da comunidade externa, considerando seu caráter comunitário.

Um dos objetivos da instituição, expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI, é desenvolver o processo de autoavaliação e do desempenho institucional como prática permanente de releitura, análise e reflexão crítica sobre as ações propostas e desenvolvidas. Este objetivo evidencia o comprometimento da IES com a educação de qualidade e com a formação de cidadãos e profissionais capazes de interferir no mundo em constante transformação, conforme expresso na missão e filosofia institucional.

A URI, em seu PDI, estrutura-se em cinco grandes objetivos, os procedimentos e ações de avaliação privilegiam: a Formação, Pesquisa, Extensão, Parcerias e Gestão.

A operacionalização do projeto de autoavaliação consiste no acompanhamento, na sistematização e na análise das avaliações internas, dentro das dimensões anunciadas pelo SINAES. Também acompanha e analisa informações e documentos elaborados por comissões externas de avaliação do MEC no âmbito da URI, bem como resultados do ENADE, do censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior, dos relatórios da CAPES e outros documentos referidos pela CONAES.

Esse trabalho já vem sendo realizado nos triênios 2004 –2006 e 2006-2008 envolveu articulação entre as avaliações externas e a autoavaliação nas diversas instâncias acadêmico-administrativas, bem como seminários de análise e divulgação de resultados. A IES adota uma prática de avaliação on-line, cujos resultados são divulgados em períodos posteriores à autoavaliação, desencadeados pela Comissão Interna de Avaliação.

Para fortalecer o trabalho da CPA, criou-se um grupo de pesquisa em Avaliação Institucional. Este artigo é resultado de pesquisa desse grupo, que num primeiro momento busca realizar o resgate histórico da autoavaliação na URI.

A atuação da CPA vem favorecendo o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na instituição, que está sendo favorecida, também, pelo acesso a resultados da autoavaliação, disponibilizados nos relatórios de autoavaliação da URI (impressos e on-line) para toda a comunidade.

A CPA na URI é o órgão articulador do processo estabelecido pelo SINAES e tem a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna e de consolidar o processo de autoavaliação institucional. Assegurando, assim, a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sem privilégio para a maioria absoluta de um dos segmentos.

Outro aspecto que se pode afirmar a partir dos dados é que a autoavaliação na instituição encontra-se em consonância com o SINAES, dá ênfase ao projeto político-pedagógico capaz de transcender à mera preparação para o mercado de trabalho, à formação geral e à preparação para o aprendizado constante, aspectos fortemente presentes na missão da URI. Isso demonstra que a avaliação está comprometida com a construção e o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa, permitindo aos alunos a formação mais ampla, oferecendo condições e infraestrutura à formação profissional

O PDI, assim como o PPI, constituem-se em documentos orientadores que permitem planejar, revisar ações, reavaliar estratégias e procedimentos, agregando dinamicidade à tarefa de gestão na instituição.

O ESTUDO: A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA URI

O PPI atual da URI foi construído junto com as diferentes unidades, com a participação direta das direções acadêmicas, seus Conselhos de Campus e congregações de curso. O texto foi finalizado na Reitoria, enfatizando que o mesmo foi gerado coletivamente, e “[...] O Projeto Político-Pedagógico Institucional existe para significar e ser vivenciado na Universidade” (PPI, URI, p.05). O documento está estruturado em três grandes blocos intitulados: Identificação, Marco Situacional e Doutrinal e Marco Referencial.

O bloco intitulado Marco Referencial divide-se em Valores e Políticas da URI, Concepção de Educação e de Processos Pedagógicos, Princípios Institucionais da Educação, Diretrizes da URI para o Ensino - subdivido em Cursos de Graduação e Sequenciais (Programas de apoio aos cursos de graduação e sequenciais) e Cursos de Pós-Graduação (Programas de apoio à Pós-Graduação), Diretrizes da URI para a Pesquisa – subdividido em Programas de Apoio à Pesquisa (programas de iniciação científica na URI e programas de pesquisa), Diretrizes da URI para a Extensão e a Cultura (programas de apoio à extensão e cultura), Educação à Distância – Diretrizes Institucionais, Diretrizes da URI para a Gestão (programas de apoio à gestão), Diretrizes para a Responsabilidade Social e Diretrizes para a Gestão de Pessoas.

No documento está explícito a necessidade de implementar a EAD – Educação, enfocando que a flexibilização do acesso ao ensino superior e que a mesma deve primar pela qualidade, qualificação dos professores, monitores e da infraestrutura tecnológica exigida para implementação do programa de ensino a distância. Prevê oferta de cursos de graduação e de

pós-graduação e cursos de extensão, bem como o fomento de projetos e programas na modalidade de educação à distância.

O primeiro documento PDI da URI analisado foi editado prevendo ações para o período de 2003/2007. O segundo documento analisado prevê metas e ações para o período de 2006/2010. Em 2007, o calendário das avaliações do Ciclo Avaliativo do SINAES e o processo de recredenciamento da universidade exigiram revisão do documento quanto às ofertas de cursos, readequação de instalações e estruturas da instituição. Tais fatos levaram as Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Câmara da Administração e o Conselho Universitário, acompanhando o voto da relatora, a aprovarem um aditamento ao documento em vigência.

O documento vigente reafirma a missão, os objetivos, as finalidades, as filosofias educativas, as propostas da instituição quanto às metas, quanto à qualificação, em tempos que exigem compromissos, dinamismo e criatividade.

O PDI da URI para o período de 2006/2010 que foi analisado estrutura-se em 6 blocos: Perfil Institucional, Gestão Institucional, Organização Acadêmica, Infraestrutura, Aspectos Financeiros e Orçamentários e Avaliação e Acompanhamento do Desempenho Institucional. O documento enfatiza a importância da universidade na região de inserção, bem como, para o contexto da América Latina expressa pelo MERCOSUL.

O Perfil Institucional, da página 09 à 47, apresenta a instituição, caracterizando-a em espaço, tempo e lugar, apontando sua característica de universidade comunitária:

A URI é, na realidade, a junção do feito e o somatório do sonhado que permitem transformar o realizado em alicerce para a conquista de objetivos plenos da universidade, só viáveis com o comprometimento de todos, o derrubar de vaidades isoladas e microrregionais. É esta compreensão que forma a própria expressão regional da qual a cara identificadora é a URI (PDI, 2006-2010, p. 10).

Também apresenta um breve histórico da instituição, lista os documentos e atos que consolidaram a universidade, apresenta as áreas de inserção, contempla a missão da URI e apresenta suas finalidades.

Na segunda parte do documento, é apresentada a organização administrativa da universidade, sua estrutura organizacional, instâncias de decisão e organograma institucional acadêmico. O documento também informa que a universidade adota o regime de descentralização administrativa, o que está previsto nos artigos 7º, 8º e 9º do Estatuto.

São apresentados os Órgãos Colegiados, suas atribuições e competências. O documento informa que a administração da URI é realizada pela Reitoria, pela Direção de

Campus, pela Chefia de Departamento e pela Coordenação de Curso e informa os órgãos que prestam apoio às atividades didático-pedagógicas. Salienta a importância do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, do Comitê Interno de Avaliação de Projetos de Pesquisa Científica-CIAP, do Comitê Institucional de Avaliação de Projetos de Extensão, CIAPEX e da Comissão Própria de Avaliação da URI - CPA.

O documento contempla atribuições da URI no exercício da sua autonomia em relação à Mantenedora. Essas atribuições explicitam a autonomia da universidade, destacada no art. 2º do Estatuto da URI.

As relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas são apresentadas e listados os programas que possibilitam a interação do aluno com a comunidade, bem como são listadas as empresas, instituições parceiras.

Apresenta o quadro do corpo docente da Instituição, por departamentos, especificando percentuais de graduados, especialistas, mestres, doutores e pós-doutores, além de suas políticas de incentivo à qualificação pessoal e em fase de conclusão de formação capacitadora. Contempla, ainda, um cronograma da situação do corpo docente em termos de titulação e o plano de expansão (progressão), por área do conhecimento.

Apresenta o Plano de Cargos e Salários do corpo técnico-administrativo e a classificação dos mesmos, segundo grau de responsabilidade e complexidade de funções.

Na segunda parte do documento estão explicitadas as políticas de atendimento aos discentes, serviços de ouvidoria, bem como as formas de acesso à universidade; também são listados os programas de apoio pedagógico e financeiro. O documento aponta que as organizações estudantis são estimuladas pela universidade, que disponibiliza apoio aos Diretórios Acadêmicos. O documento menciona a importância de contatos via internet com alunos egressos, a terceira parte enfoca a organização didático-pedagógica da instituição. Inicia com a caracterização do perfil do egresso da universidade, entendido como profissional dinâmico e com forte formação humanista.

Outro aspecto, segundo o documento analisado, destaca que a seleção dos conteúdos previstos dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação deve oferecer conhecimentos essenciais e significativos, específicos de cada curso.

O documento destaca a ética como norteadora dos princípios metodológicos, sendo a investigação científica o mote principal da metodologia utilizada pela URI.

Sobre os processos de avaliação o documento indica que avaliações devem ser dinâmicas, coerentes com os objetivos dos planos de ensino de cada disciplina, devendo privilegiar as dimensões humanas.

Acerca da qualificação dos cursos, o documento destaca a necessidade de desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, descreve as políticas de estágio, as práticas profissionais as atividades complementares e os trabalhos de conclusão de curso de graduação. A educação à distância foi prevista no documento para iniciar como primeira experiência com o curso de Geografia, em 2008.

A educação inclusiva, segundo o documento, é prevista no oferecimento da infraestrutura necessária aos portadores de necessidades especiais, bem como, no atendimento ao que se refere às parcelas da sociedade que se encontram em situação de desvalia é através de programas sociais oferecidos.

No que tange aos cursos de graduação, os documentos apresentam todos os cursos oferecidos pela URI nas seis unidades, bem como sua situação legal. Também informa seis novos cursos de graduação a serem implantados no período e cursos que terão vagas ampliadas e reduzidas. Quanto aos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* o documento apresenta os cursos em andamento por departamentos e também projeta novos cursos para o período de 2006 a 2010. Os cursos *Stricto Sensu* em andamento, também são mencionados, bem como a projeção de implantação para os novos programas e doutorados.

O documento apresenta também os programas de extensão e informa que os mesmos encontram-se em fase de reformulação para atender à indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Já a pesquisa científica contempla 59 grupos inscritos na plataforma Lattes/ CNPQ de pesquisa, enfocando as diferentes áreas do conhecimento. São apresentados também os programas internos de pesquisa e listadas as fontes de fomento.

A Quarta parte do documento especifica detalhadamente toda a infraestrutura da instituição, áreas construídas, espaços físicos da biblioteca, dos laboratórios, listados por área do conhecimento.

Quanto à biblioteca, o documento apresenta os números de títulos (149.306), de exemplares (241.570), de periódicos nacionais (2.556) e estrangeiros (286), títulos de vídeos (4.852), de exemplares (7.215), de CD Roms (1.246) e exemplares de CD Roms (2.550), necessários ao bom desempenho profissional.

Quanto à infraestrutura destinada à informática, também há um planejamento de ampliação com atualização de laboratórios de Informática e previsão de cronogramas de expansão de área construída.

O documento, em sua quinta parte, aponta a importância da saúde financeira da instituição e o papel da gestão no controle dos planos de investimentos, visto que os recursos financeiros originam-se das mensalidades e dos projetos.

Em sua sexta e última parte, o documento apresenta os objetivos e metas específicos para a avaliação e acompanhamento do desempenho institucional, pois entende a avaliação como prática permanente de releitura e reflexão crítica. Define procedimentos e ações para avaliação da graduação e pós-graduação, da pesquisa, da extensão, das parcerias e da gestão.

Após essa reflexão pode-se dizer que os documentos analisados, principalmente o PDI, nesta etapa da pesquisa voltam-se para a organização geral, formas de participação da comunidade acadêmica, instrumentos utilizados e meios de divulgação de resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a educação superior exige olhares que possibilitem a formação ampliada, capacitadora, geradora de talentos múltiplos, que produzam conhecimentos que intensifiquem os compromettimentos sociais das IES. Assim, aportando como instrumento orientador, o processo de avaliação de uma instituição que ao ser pensado coletiva e democraticamente deve constar nos documentos oficiais como forma de releitura da realidade e espaço de reflexão.

Nessa perspectiva, Scheffer et al. (2008) assegura que é possível o debate democrático agregar crescimento institucional, combinado com os processos de avaliação, momento em que estes se configuram direcionadores de ações educativas e formativas das instituições.

Essa formação construtiva global, cujo sentido perfaz os documentos oficiais analisados nessa pesquisa, tem na avaliação institucional e na autoavaliação âncoras necessárias ao desenvolvimento do projeto educativo da instituição.

O estudo dos documentos Projeto Político-Pedagógico-Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional da URI destacou a avaliação como instrumento orientador e em consonância com o documento do SINAES.

A concepção de educação proposta pelo documento PPI prevê nas diretrizes para o ensino o “aperfeiçoamento do projeto de avaliação da instituição e formação continuada da comissão própria de avaliação” (PPI-URI, p.26).

A leitura dos documentos permitiu a visualização das dez dimensões de avaliação previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, pois todas as diretrizes propostas elencam a avaliação como instrumento gerador de conhecimento e aperfeiçoamento

institucional. A proposta de avaliação prevista no SINAES contempla a instituição nas suas especificidades respeitando sua relação com a comunidade de inserção, tornando-a consciente de sua responsabilidade. Essa responsabilidade perpassa os documentos analisados, configurando o compromisso social da instituição com a sociedade e valorização da sua Missão como meta orientadora da organização dos documentos que determinam as diretrizes da URI.

Para finalizar, pode-se dizer que a URI vem desenvolvendo seu processo autoavaliativo de forma bastante comprometida com a busca de qualidade institucional, preocupando-se em integrar os mesmo com o previsto e desenvolvido pelas dimensões propostas pelos SINAES.

INSITUTIONAL ASSESSMENT AT URI - AN ANALISYS OF FOUNDATION DOCUMENTS

ABSTRACT: This project is aimed at recovering the experience and the trajectory held with Institutional Assessment and / or self assessment in the URI University. This project has been done for two years in the three major campuses of the university. The project is coordinated by member researches of the CPA in each unit. It is funded by PIIC-URI program. The research is characterized as bibliographic and qualitative. The data collection becomes effective by means of a specific instrument. In the first year of research the work was on the theoretical review. It was analyzed the definitions and conceptions of the Institutional Assessment, when it built an Instrument for Data Collection. In the second research year, it was realized data collect, data organization and data analysis for the years 1992 to 2006, concurrently to this work, there has been an article submitted for publication. The research so far is directed to the consolidation and importance of the evaluation work that was conducted by the *Institutional Assessment Committee* – CPA in Portuguese. The institutional self-knowledge is provided from the unification of the evaluative system of all units. By the results it's possible to verify that the evaluation and institutional self-assessment processes provide subsidies to guide educational practices orientation for the present and the future. These practices are management practices and inexhaustible research source.

Keywords: Evaluation. Institutional. Self evaluation.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior Brasileira. Brasília: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

DEMO, P. **Universidade, aprendizagem e avaliação:** horizontes reconstrutivos. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DURHAM, Eunice R.; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs). **Avaliação do ensino superior.** São Paulo: EDUSP, 1992.

LEITE, D. **Reformas universitárias:** avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

PANIZZI, W. M. **Universidade para quê?** Porto Alegre: Libretos, 2006.

PAULA, Maria de Fátima de(Org.). **Debatendo a universidade:** subsídios para a reforma universitária. Florianópolis: Insular, 2004.

SOBRINHO, J. D. **Avaliação da Educação Superior.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. J. D.; RISTOFF, Dilvo I. (Orgs). **Avaliação democrática:** para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

SCHEFFER, N. F et al. Avaliação do ensino superior: algumas perspectivas. **Revista Espaço Pedagógico.** Passo Fundo, RS: UPF, v. 15, n. 2, p. 132-142, jul./dez. 2008.

SGUISSARDE, V. (Org.). **Avaliação univesitária em questão:** reforma do estado e da Educação Superior. Campinas: Autores Associados, 1997. (Coleção educação Contemporanea).

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES. **Projeto Político-Pedagógico-Institucional.** Erechim, 2006.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Erechim, 2008.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2006/2008.** Erechim, 2008.